



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº 02 - CPL2**

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830  
 Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Ordem de Fornecimento Nº 4/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/CPL2

**ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 04/2021**

OBJETO/ITENS	<b>AQUISIÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA E RIBBON DE RESINA, especificado no ANEXO I</b> , para ser fornecido de forma global, conforme solicitação, durante a validade deste instrumento hábil, para atender ao Departamento de Materiais e Patrimônio (DEPMATPAT), unidade integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de acordo com as especificações, condições e quantidades estimadas, descritas no Termo de Referência nº 73/2021 e seu Anexo I (2526980).												
SEI	21.0.000061011-6												
DEMANDANTE	Departamento de Materiais e Patrimônio (DEPMATPAT).												
DOC./DATA/DEMANDA	Termo de Abertura Nº 37/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD/DEPMATPAT, datado de 01 de julho de 2021.												
CONTRATADA	<b>FIT PLAST AUTO ADESIVO LTDA</b>												
CNPJ	11.422.711/0001-70												
ENDEREÇO	R ALTO PARAGUAI , 112 , CEP 02238-240 - SÃO PAULO												
CONTATO/E-MAIL	e-mail: fitplast@fitplast.com.br Telefone (011)-2241-3999												
Dados Bancários	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BANCO ITAÚ =&gt; AGÊNCIA: 0384 C.C. 63.317-8</li> <li>• BANCO DO BRASIL =&gt; AGÊNCIA: 386-7 C.C. 105033-8</li> </ul>												
DATA/AUTORIZAÇÃO	Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 4/2021, 12/08/2021.												
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e <a href="#">Decreto nº 9.412, de 2018</a> .												
DOCS./INTEGRANTES	Proposta e documentos de habilitação empresa.												
GARANTIA DO OBJETO	A empresa CONTRATADA estará sujeita ao que rege a Lei Federal nº. 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).												
ENTREGA DO OBJETO	<p>Conforme estabelecido no Termo de Referência no <b>item 5</b> e seus subitens.</p> <p>5.1. O pedido dos produtos objeto deste Termo de Referência será fornecimento de uma só vez, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, conforme necessidade da Administração.</p> <p>5.2. Os quantitativos que forem contratados, definidos no respectivo contrato ou Ordem de Fornecimento, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias consecutivos, <b>contados da data publicação do extrato do instrumento contratual no Diário de Justiça</b>, ou de acordo com o que estabelecer as cláusulas contratuais.</p> <p>5.3. A entrega será no Almoxarifado Central do Departamento de Patrimônio e Material do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, situado na Rua Jornalista Lívio Lopes, S/N, bairro Redonda, em Teresina, PI, em dias úteis, no horário de <b>08 (oito) às 12 (doze) horas, sendo obrigatório o aviso e agendamento da entrega com 24h de antecedência, através do telefone: 32379984 ou por email: almoxarifado@tjpi.jus.br.</b></p>												
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">AQUISIÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA E RIBBON DE RESINA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Unidade Orçamentária:</td> <td>040101 - Tribunal de Justiça</td> </tr> <tr> <td>Natureza da Despesa:</td> <td><b>339030 - Material de Consumo</b></td> </tr> <tr> <td>Fonte:</td> <td>118 - Recursos do Tesouro Estadual</td> </tr> <tr> <td>Projeto/Atividade:</td> <td>2864 - Custeio das Unidades Administrativas e</td> </tr> <tr> <td>Classificação Funcional:</td> <td>Judiciárias - 1º Grau</td> </tr> </tbody> </table>	AQUISIÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA E RIBBON DE RESINA		Unidade Orçamentária:	040101 - Tribunal de Justiça	Natureza da Despesa:	<b>339030 - Material de Consumo</b>	Fonte:	118 - Recursos do Tesouro Estadual	Projeto/Atividade:	2864 - Custeio das Unidades Administrativas e	Classificação Funcional:	Judiciárias - 1º Grau
AQUISIÇÃO DE ETIQUETA ADESIVA E RIBBON DE RESINA													
Unidade Orçamentária:	040101 - Tribunal de Justiça												
Natureza da Despesa:	<b>339030 - Material de Consumo</b>												
Fonte:	118 - Recursos do Tesouro Estadual												
Projeto/Atividade:	2864 - Custeio das Unidades Administrativas e												
Classificação Funcional:	Judiciárias - 1º Grau												

	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%; text-align: right;">02.061.0015.2864</td> </tr> <tr> <td>Projeto/Atividade: Classificação Funcional:</td> <td style="text-align: right;">2865 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 2º Grau 02.061.0015.2865</td> </tr> </table>		02.061.0015.2864	Projeto/Atividade: Classificação Funcional:	2865 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 2º Grau 02.061.0015.2865
	02.061.0015.2864				
Projeto/Atividade: Classificação Funcional:	2865 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 2º Grau 02.061.0015.2865				
HABILITAÇÃO	<p>Empresa <b>FIT PLAST AUTO ADESIVO LTDA</b>, CNPJ nº 11.422.711/0001-70 - Regularidade Fiscal e Trabalhista e Certidão Consolidada do TCU, Certidão SICAF (2561510) Certidão Consolidada (2561561), Certidão Estadual atualizada (2635091) e Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliário (2562236).</p> <p>A empresa deverá manter todas as condições de sua habilitação exigidas no procedimento desta aquisição.</p>				
CONDIÇÕES/PAGAMENTO	<p>Conforme <b>item 13</b> do Termo de Referência.</p> <p><b>13. DO PAGAMENTO:</b></p> <p>13.1. O pagamento integral será efetuado pelo FERMOJUPI, <u>mediante requerimento dirigido ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - FERMOJUPI</u>, em moeda corrente nacional, por ordem bancária, quando do recebimento definitivo dos produtos, devidamente atestado pelo setor competente, acompanhados do que se segue:</p> <p>a) <u>Nota fiscal/fatura dos serviços;</u>  b) <u>Prova de regularidade perante O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;</u>  c) <u>Prova de regularidade do FGTS;</u>  d) <u>Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;</u>  e) <u>Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.</u></p> <p>13.2. Não será admitido pagamento parcial, salvo justificado motivo, autorizado pela autoridade superior;  13.3. O requerimento deve ser encaminhado para o Protocolo Geral do TJPI, dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça;  13.4. O pagamento será feito em até 30(trinta) dias, após o recebimento do requerimento junto ao Protocolo Geral do TJ/PI, desde que cumpridas todas as exigências previstas no contrato.  13.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.  13.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.  13.7. A empresa optante pelo Simples Nacional deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica/DANFE, sempre que houver fornecimento, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012.  13.8. No caso de não ser apresentada a declaração, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado.  13.9. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;  13.10. Na existência de erros, omissões ou irregularidades, o TJ/PI notificará a contratada para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos exigidos acima.  13.11. Não haverá em hipótese alguma pagamento antecipado;  13.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios. Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios devidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí entre a data acima referida e a do efetivo pagamento da nota fiscal será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula:  <math display="block">EM = I \times N \times VP</math> <p>EM = Encargos moratórios;  N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento  VP = valor da parcela em atraso  I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: <math>I = i/365</math> <math>I = 0,06/365</math> <math>I = 0,00016438</math>  onde:  I = taxa percentual no valor de 6%.</p> 13.13. A correção monetária será calculada com a utilização do índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.  13.14. No caso de atraso na divulgação do IGPM, o Tribunal de Justiça pagará à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.  13.15. Caso o IGPM estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.  13.16. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.</p>				
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	<p>Conforme estabelecido no <b>item 16</b> do Termo de Referência.</p> <p><b>16. DAS SANÇÕES:</b></p> <p>16.1. A contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:</p> <p>16.1.1. apresentação de documentação falsa;  16.1.2. retardamento da execução do objeto;  16.1.3. falhar na execução do contrato;  16.1.4. fraudar na execução do contrato;  16.1.5. comportamento inidôneo;  16.1.6. declaração falsa;  16.1.7. fraude fiscal.</p> <p>16.2. Para os fins do item 16.1.6., reputar-se-ão inidôneos atos tais como o descrito no artigo 66 da Lei 8.666/93.  16.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, tomando por base o Anexo II:</p> <p>a) Advertência, em caso de faltas ou descumprimentos de regras contratuais que não causem prejuízo ao CONTRATANTE;  b) Multa:  <b>b.1.)</b> Multa moratória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias;  <b>b.2.)</b> Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto, configurada após o nonagésimo dia de atraso;  <b>b.3.)</b> Em caso de <b>inexecução parcial</b>, aplicar-se-á a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem anterior, de forma proporcional à obrigação inadimplida;  c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;  d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.  e) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.  16.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente à pena de multa, de acordo com o Anexo II, do TR.  16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:  16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;  16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;  16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.  16.6. Após o nonagésimo dia de atraso, o TJ/PI poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto.</p>				

	<p>16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.</p> <p>16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.</p> <p>16.9. O valor da multa aplicada será descontado da garantia prestada, se houver, ou desconto de pagamentos eventualmente devidos à Contratada. Na inexistência destes, será pago mediante depósito bancário em conta a ser informada pela Contratante ou judicialmente.</p> <p>16.10. <i>Ad cautelam</i>, o TJ/PI poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.</p> <p>16.11. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.</p> <p>16.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada ao TJ/PI, a contratada será encaminhada para inscrição em dívida ativa.</p> <p>16.13. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar ou não sua decisão ou nesse prazo, encaminhá-lo, devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;</p> <p>16.14. Serão publicadas no Diário da Justiça do TJPI as sanções administrativas previstas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.</p>
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	<p>Conforme estabelecido nos <b>itens 10 e 11</b> do Termo de Referência.</p> <p><b>10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:</b></p> <p>10.1. Além das responsabilidades, resultantes da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA deverá obedecer às seguintes disposições:</p> <p>10.1.1. Fornecer os produtos das contratações de acordo o prazo estabelecido no Contrato ou Ordem de Fornecimento;</p> <p>10.1.2. Entregar os produtos com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data da entrega ou o prazo estabelecido em cada item;</p> <p>10.1.3. Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento;</p> <p>10.1.4. Efetuar a substituição dos produtos a qualquer tempo e as suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, quando houver irregularidades, defeitos ou problemas que impossibilitem o seu consumo;</p> <p>10.1.5. <b>Verificar previamente, junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos produtos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição, como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;</b></p> <p>10.1.6. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante do TJ/PI, inerentes ao objeto da contratação;</p> <p>10.1.7. Manter, durante a vigência do instrumento de contrato e da execução do mesmo, as mesmas condições da habilitação exigidas neste Termo de referência;</p> <p>10.1.8. Comunicar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à CONTRATANTE quando da impossibilidade em atender às solicitações, nos casos em que houver impedimento para funcionamento normal de suas atividades;</p> <p>10.1.9. Vincular-se ao que dispõe a lei nº 3.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa do Consumidor);</p> <p>10.1.10. Responder pelos danos causados diretamente ao TJ/PI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;</p> <p>10.1.11. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TJ/PI e suas unidades;</p> <p>10.1.12. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega.</p> <p>10.2. São expressamente vedadas à contratada:</p> <p>a) a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;</p> <p>b) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJ/PI, durante o período de fornecimento.</p> <p><b>11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:</b></p> <p>11.1. Obrigações da CONTRATANTE.</p> <p>11.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATANTE deverá:</p> <p>11.2.1. Acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;</p> <p>11.2.2. Indicar os fiscais para os contratos;</p> <p>11.2.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;</p> <p>11.2.4. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais, após o contraditório e ampla defesa;</p> <p>11.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;</p> <p>11.2.6. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.</p>
FISCALIZAÇÃO	<p>Conforme estabelecido no <b>item 12.</b> do Termo de Referência.</p> <p><b>12. DA FISCALIZAÇÃO:</b></p> <p>12.1. Os itens adquiridos serão fiscalizados e atestados quanto à conformidade por servidor ou comissão, indicados pela Administração, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento de contratação, determinando, quando necessário, a regularização de falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>12.2. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os materiais não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita.</p> <p>12.3. Caberá à Gestão de Contratos do TJ/PI, auxiliada pelo fiscal do contrato, indicado pelo TJ/PI, fiscalizar a execução e controle do contrato, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento de contratação, determinando, quando necessário, a regularização de falhas observadas, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/1993.</p>
DO FORO	<p>As partes elegem o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado da Piauí, para dirimir as dúvidas oriundas desta Ordem de Fornecimento, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.</p>

**AUTORIZO** o fornecimento do objeto abaixo identificado:

ITENS DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021				
Item	Síntese do objeto	Valor Unitário	Qtd. Contratada	Valor Total
.1	Etiqueta adesiva ( material: poliéster; largura: 45 mm; comprimento: 15 mm; aplicação: tombamento; formato: retangular; tipo: cromo fosco; características adicionais: auto-adesiva, proteção contra abrasão e produtos químicos; apresentação: 1 carreira ).	R\$ 0,05	40.000 unidades	R\$ 2.000,00
2	Ribbon de resina ( largura: 110 mm; comprimento: 74m; cor: preta; aplicação: impressora térmica de etiquetas ).	R\$ 31,00	10 ROLOS	R\$ 310,00

**Valor Total aquisição:****RS 2.310,00 (dois mil trezentos e dez reais)**

Teresina (PI), agosto/2021.

Desembargador **JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA**

Presidente Tribunal de Justiça do Piauí

Conheço e concordo com o teor da OF:

Teresina/PI, agosto/2021

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por **thiago da silva rivani**, **Usuário Externo**, em 20/08/2021, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira**, **Presidente**, em 20/08/2021, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **2626229** e o código CRC **D15F6C64**.